



Valor One

Viver de renda? Conte com as ferramentas do Valor One para seu planejamento financeiro

Acesse gratuitamente ➔

PUBLICIDADE

Artigo: Brasil avança com união pela alfabetização de crianças

Em 2024, 59,20% dos estudantes estavam alfabetizados aos 7 anos, no 2º ano do Ensino Fundamental, desempenho acima dos 56% de 2023

Por Daniela Caldeirinha, Maria Slemenson e Veveu Arruda — São Paulo

11/07/2025 17h38 · Atualizado há 29 minutos



Presentear matéria



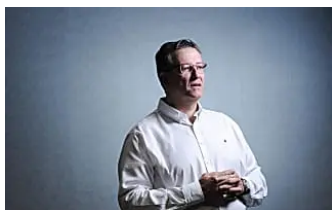
Crianças lavando as mãos na escola — Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

O Brasil registrou crescimento na alfabetização de crianças, como revelou o Indicador Criança Alfabetizada (ICA), divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) nesta sexta-feira, 11. Os resultados mostram que, em 2024, 59,20% dos estudantes estavam alfabetizados aos 7 anos, no 2º ano do Ensino Fundamental — um número superior ao de 2023, que foi de 56%. Esse resultado sinaliza uma tendência contínua de crescimento, ainda que o país tenha ficado abaixo da meta projetada para 2024, de 59,9%. Os dados indicam que é possível transformar a realidade da alfabetização no país quando União, Estados e municípios atuam de forma coordenada, colaborativa e comprometida.

Garantir que as crianças aprendam a ler e escrever na idade adequada é o início de um ciclo que influencia toda a jornada escolar e de vida do indivíduo, rompendo com trajetórias de exclusão. Trata-se de um elemento decisivo para ampliar oportunidades, promover equidade e justiça social, além de assegurar direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ao colocar as crianças no centro das prioridades, o Brasil avança para se tornar um país que possibilita a realização desses direitos e a construção de um futuro com possibilidades ampliadas para todos.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Leia também:



Tarifa de Trump deu a Lula bandeira da soberania e tirou de Bolsonaro discurso patriota, diz cientista político



Nikolas Ferreira pode perder direitos políticos em caso de difamação em campanha eleitoral

O ICA 2024 revelou não apenas a melhora dos resultados na média nacional, mas também que alguns Estados e capitais registraram bons avanços em seus índices. Estados como Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Piauí apresentaram crescimento significativo — aumento de 12,26 pontos percentuais, 8,42 e 7,34, respectivamente —, e outros como Goiás, Mato Grosso e Espírito Santo superaram as metas estabelecidas para o ano. Além disso, mais de 400 municípios brasileiros registraram percentual de crianças alfabetizadas igual ou superior a 90%. Em relação às capitais, cabe destacar os indicadores de Fortaleza, Vitória e Goiânia, com 74,81%, 73,2% e 69,49% de crianças alfabetizadas, respectivamente. Vale lembrar que 80% das matrículas do Ensino Fundamental I estão sob responsabilidade dos municípios, e que as capitais, com 14% das matrículas públicas de 1º e 2º anos, têm papel decisivo para a superação do analfabetismo, tanto pelo impacto nos resultados estaduais e nacionais quanto pela visibilidade das boas práticas que podem inspirar outras cidades.

Esse avanço reflete principalmente o fortalecimento do regime de colaboração entre União, estados e municípios, evidenciando que onde há cooperação técnica, diálogo, vontade política e compromisso institucional, os ganhos aparecem de forma concreta. O Compromisso Nacional Criança

Alfabetizada (CNCA), lançado em 2023 pelo governo federal, por meio do Ministério da Educação, potencializou o esforço sendo um catalisador para promover ações sistêmicas nos territórios, com a meta de garantir que pelo menos 80% das crianças estejam alfabetizadas aos 7 anos até 2030.

O CNCA foi, portanto, o impulso que faltava para um trabalho que já vinha acontecendo em 19 Estados brasileiros, os quais progressivamente foram criando suas políticas locais de alfabetização a partir de 2019. Ceará, Bahia, Piauí, Paraíba, Maranhão, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Tocantins, Pará, Amapá, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul vêm adotando práticas como a institucionalização da alfabetização com governança participativa, criação de incentivos, avaliação e monitoramento dos resultados, fortalecimento da gestão municipal e escolar, além da produção de materiais didáticos e da formação continuada de professores. O regime de colaboração entre governo federal, os Estados e seus municípios permite que a alfabetização seja tratada como uma política de

Estado e não de governo, conferindo-lhe mais estabilidade e continuidade.

Apesar dos avanços, os dados divulgados também revelam um cenário de grandes desigualdades entre os Estados. Alguns, como Sergipe, Rio Grande do Norte e Bahia, ainda registram índices alarmantes de alfabetização, com taxas de 38,39%, 39,29% e 35,96%, respectivamente. Esses números exigem um aprimoramento urgente das políticas locais e representam uma oportunidade para que os territórios repensem suas estratégias, se inspirem nas boas práticas de estados que conseguiram avançar e priorizem a colaboração entre os entes federativos como eixo central de suas políticas públicas.

Além disso, mais uma vez, os resultados do ICA por raça não foram divulgados, o que impede análises importantes sobre as desigualdades educacionais causadas pelo racismo. Não podemos perder a oportunidade de agir rápido e com mais assertividade e efetividade para garantir a equidade e o direito ao aprendizado de todos os estudantes.

A jornada é desafiadora, mas vislumbramos com otimismo o início da consolidação de uma política nacional de alfabetização cujos resultados começam a se concretizar — especialmente com a criação de um indicador como o ICA, que permite medir, anualmente e de forma censitária, o grau de alfabetização das crianças. Diferentemente do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que é amostral e divulgado a cada dois anos, o ICA possibilita um monitoramento mais frequente, o que representa um avanço importante.

Para que essa conquista seja duradoura e realmente transformadora, é preciso intensificar os esforços, reforçar os compromissos e a transparência e garantir à alfabetização a centralidade e a urgência

necessárias em todos os territórios brasileiros. Assim, o país poderá continuar avançando e assegurando a todas as crianças esse direito fundamental.

Daniela Caldeirinha é vice-presidente de Educação da Fundação Lemann; **Maria Slemenson** é superintendente do Instituto Natura Brasil; **Veveu Arruda** é presidente da Associação Bem Comum (*organizações que formam a Aliança para a Alfabetização*)

Próxima >

Conheça o Valor One

Acompanhe os mercados com nossas ferramentas [ACESSAR GRATUITAMENTE >](#)

Mais do Valor **Econômico**

Valor

Edição impressa

Valor PRO

Valor RI

Valor International

Revistas e Anuários

Seminários

Valor 360

Pipeline

Valor Investe

O Globo

Extra

CBN

Autoesporte

BHFM

Casa e Jardim

Casa Vogue